

## CAPÍTULO 4

# ENTRE SELDON E ZUBOFF: A DIALÉTICA DO CONTROLE NA SOCIEDADE PREDITIVA



<https://doi.org/10.22533/at.ed.750112524034>

*Data de aceite: 13/05/2025*

**Marco Machado**

Fundação Universitária de Itaperuna  
(FUNITA)

<http://lattes.cnpq.br/6549675665082560>

**RESUMO:** Este ensaio propõe uma análise filosófica comparativa entre a psicohistória da ficção científica de Isaac Asimov e o capitalismo de vigilância teorizado por Shoshana Zuboff. Ao explorar como ambas as propostas lidam com a predição do comportamento humano em massa, o texto investiga as tensões entre controle e liberdade, transparência e manipulação. Enquanto a psicohistória almeja o bem coletivo por meio de previsões estatísticas, o capitalismo de vigilância transforma esses dados em instrumentos de lucro e dominação. A análise revela que, embora distintas em seus propósitos, ambas as abordagens desafiam a noção moderna de liberdade e exigem uma ética para o uso de tecnologias preditivas, capaz de preservar a autonomia e a ação humana frente ao avanço do poder algorítmico.

**PALAVRAS-CHAVE:** psicohistória; capitalismo de vigilância; liberdade; controle algorítmico; ética tecnológica

BETWEEN SELDON AND ZUBOFF:  
THE DIALECTIC OF CONTROL IN  
PREDICTIVE SOCIETY

**ABSTRACT:** This essay offers a philosophical comparison between Isaac Asimov's fictional concept of psychohistory and Shoshana Zuboff's theory of surveillance capitalism. By examining how both frameworks address the prediction of mass human behavior, the text explores the tensions between control and freedom, transparency and manipulation. While psychohistory aims for the collective good through statistical foresight, surveillance capitalism transforms behavioral data into tools for profit and domination. The analysis shows that, despite their different goals, both systems challenge the modern concept of freedom and call for an ethical framework capable of preserving human autonomy in the face of algorithmic power.

**KEYWORDS:** psychohistory; surveillance capitalism; freedom; algorithmic control; technological ethics

## INTRODUÇÃO

No entrelaçamento entre ficção científica e crítica sociopolítica, duas ideias aparentemente díspares oferecem uma lente filosófica para pensar o presente: a *psicohistória* criada por Hari Seldon, personagem de Isaac Asimov na série *Fundação* (2014a,b,c), e o *capitalismo de vigilância* teorizado por Shoshana Zuboff. Enquanto a primeira imagina um método matemático capaz de prever e mitigar o colapso civilizacional, a segunda revela uma realidade já presente: a vigilância algorítmica exercida por corporações que colonizam o comportamento humano para fins econômicos.

A intersecção especulativa entre essas duas ideias nos obriga a questionar: o que significa prever o comportamento humano em massa? Que ética sustenta ou ameaça tal poder preditivo? O que distingue a ciência benevolente - e porque não ingênua - de Seldon da manipulação algorítmica do capitalismo contemporâneo? Este ensaio se propõe a refletir criticamente sobre essas perguntas, explorando os limites entre ciência, liberdade e poder.

## DESENVOLVIMENTO

### **Hari Seldon e a construção da psicohistória: da estatística à salvação**

A psicohistória de Asimov (2014a,b,c) não é apenas um artifício narrativo, mas uma proposta teórica rigorosa dentro da lógica da ficção científica das décadas de 1950/60. Hari Seldon<sup>1</sup>, matemático brilhante, desenvolve a psicohistória como um campo híbrido entre estatística, sociologia e teoria do caos, baseado na premissa de que, embora os indivíduos sejam imprevisíveis, o comportamento das grandes massas obedece a padrões estatísticos regulares.

“A psico-história lidava não com o homem, mas com as massas humanas. Era a ciência das multidões; multidões compostas por bilhões. Ela poderia prever reações a estímulos com a precisão com que uma ciência menor poderia prever o ricochete de uma bola de bilhar. A reação de um só homem não poderia ser prevista por nenhuma matemática conhecida; mas a reação de um bilhão é outra coisa.” — Isaac Asimov, *Fundação e Império* (2014a)

A construção da psicohistória depende de dois pilares centrais:

- a. Big Data avant la lettre: Seldon opera com conjuntos de dados massivos sobre as populações da galáxia. Ele os interpreta por meio de modelos probabilísticos e simulações computacionais altamente avançadas.
- b. Isolamento do fator externo: para que o modelo seja funcional, deve-se presunmir que os agentes desconhecidos — como figuras extraordinárias ou eventos

---

1. Convém, desde já, esclarecer para o leitor mais crítico que Hari Seldon não será tomado aqui como modelo teórico a ser seguido ou criticado nos termos de uma análise empírica. Trata-se, antes, de um dispositivo ficcional provocativo, cuja função é tensionar — por contraste — as promessas contemporâneas de previsão algorítmica. Não nos interessa discutir a psicohistória como ciência possível, mas o tipo de racionalidade que ela projeta e como essa lógica se aproxima (ou se distancia) do mundo real das plataformas digitais e seus regimes de controle.

cósmicos imprevisíveis — não interferirão nos fluxos estatísticos. Tal hipótese será posteriormente desafiada na própria série por entidades como o “Mulo”, um mutante que escapa aos cálculos de Seldon.

Ao prever a queda do Império Galáctico e a era de barbárie subsequente, Seldon não apenas diagnostica o futuro — ele intervém. Cria a *Fundação*, uma sociedade científica na periferia da galáxia, destinada a preservar o conhecimento e acelerar a reconstrução da civilização. Sua ciência, portanto, não é neutra: é guiada por um propósito civilizacional, quase messiânico. No entanto, é necessário reconhecer as ambiguidades éticas implicadas na própria psicohistória. O Plano Seldon opera como uma forma de engenharia social encoberta, na qual as populações não têm consciência de que estão sendo conduzidas segundo previsões matemáticas.

Personagens como o Mulo — mutante que altera emoções humanas e rompe as previsões do plano — evidenciam os limites da racionalidade preditiva (AZIMOV, 2014c). Outros, como Golan Trevize, ao escolher um futuro alternativo baseado em Gaia, também frustram o destino traçado por Seldon (AZIMOV, 2015b). A própria existência da Segunda Fundação, operando em segredo como uma elite de corretores do plano, levanta dúvidas sobre a transparência e a legitimidade do processo (AZIMOV, 2014b). Por fim, a revelação de que o robô R. Daneel Olivaw esteve por trás da criação da psicohistória e do próprio Seldon adiciona uma camada ainda mais profunda de manipulação histórica (AZIMOV, 2015a). Assim, mesmo a proposta “benevolente” de Seldon carrega traços tecnocráticos e autoritários, onde a liberdade individual é sacrificada em nome de uma estabilidade projetada — cuja legitimidade permanece em disputa.

A psicohistória ecoa um ideal iluminista e até mesmo com pitadas de positivismo: o domínio racional do destino humano. Ao transformar a história em ciência positiva, Seldon promete o controle do futuro. Mas como advertiria Hannah Arendt, esse controle implica a negação da liberdade como imprevisibilidade e ação espontânea. A psicohistória é, ao mesmo tempo, esperança e ameaça.

“Em qual mundo as pessoas não preferem uma crença confortável, acalentadora e conhecida, por mais ilógica que seja, do que os ventos gelados da incerteza? Pense em como vocês acreditam no Plano Seldon sem provas.” — *Fundação e Terra* de Isaac Asimov (2015a)

## O CAPITALISMO DE VIGILÂNCIA: A PSICOHISTÓRIA COMO DISTOPIA REAL

Shoshana Zuboff, em *A Era do Capitalismo de Vigilância* (2019), um argumento perturbador: o que era ficção na psicohistória torna-se realidade distorcida na era do capitalismo digital. Segundo ela, empresas big techs desenvolveram um novo modelo econômico baseado na extração de dados pessoais — aquilo que ela chama de “excedente comportamental”.

Ao contrário da psicohistória de Seldon, cujo fim é o bem coletivo, o capitalismo de vigilância visa *prever e modificar comportamentos para fins de lucro*. O ciclo é composto por três etapas:

- a. **Extração:** coleta de dados não apenas explícitos (como curtidas ou pesquisas), mas implícitos — movimentos do cursor, hesitações, padrões emocionais.
- b. **Modelagem:** uso de inteligência artificial para construir “gêmeos digitais” dos usuários, simulando suas preferências e decisões.
- c. **Modificação:** intervenções microalgorítmicas que influenciam escolhas reais (como o que comprar, quem encontrar, como votar), sem que o indivíduo perceba.

Zuboff argumenta que estamos diante de uma nova forma de poder - o poder instrumentalista. Ele não exige consentimento nem violência física, pois age silenciosamente, pela manipulação comportamental. Como questiona Étienne de La Boétie (2020) no Discurso da Servidão Voluntária: “Onde ele iria adquirir olhos suficientes para espioná-lo, se você mesmo não os fornece? Como ele pode ter tantos braços para bater em vocês, se não os pega emprestados de vocês?”. A liberdade individual torna-se apenas aparente, reduzida ao que o algoritmo permite.

Esse processo confirma a observação de Brittany Kaiser (2020) em Manipulados: “para fazer as pessoas agirem, você devia criar as condições sob as quais seria maior a probabilidade de elas fazerem o que você quer que façam. A simplicidade desse conceito era vertiginosa”. O capitalismo de vigilância não força comportamentos, mas projeta ambientes digitais onde certas ações se tornam estatisticamente inevitáveis — seja comprar um produto ou votar em um candidato.

Essa lógica aproxima-se perigosamente da psicohistória, mas com uma inversão crucial: o que em Seldon era transparência, em Zuboff é opacidade corporativa; o que era ciência pública, aqui é segredo empresarial; o que era para todos, agora é para poucos.

## FILOSOFIA DA PREVISÃO: ENTRE LIBERDADE E DETERMINISMO ALGORÍTMICO

“Certo, eu também queria ensinar você a enganar pessoas, então se lembre disto: astúcia de verdade é não exibir nenhuma astúcia.” — A floresta sombria (O problema dos três corpos Livro 2) de Cixin Liu (2017)

O conceito de liberdade humana é colocado em cheque pela capacidade de prever o comportamento humano em massa. Enquanto a psicohistória, em sua forma idealizada por Seldon, pressupõe que os dados coletivos de grandes populações podem ser utilizados para prever e controlar os rumos da história, o capitalismo de vigilância também opera com um princípio semelhante: a captura e análise de dados para prever e manipular o

comportamento humano. No entanto, a diferença abissal está no seu objetivo final e nos impactos para a liberdade do indivíduo.

## A) DETERMINISMO E A IDEIA DE UM “FUTURO PREVISÍVEL”

Tanto Seldon quanto Zuboff lidam com a ideia de prever o comportamento humano. A psicohistória, no entanto, é aplicada a escalas de grandes populações e tem a intenção de usar esse conhecimento para estabelecer um futuro mais estável, minimizando os danos da queda do Império Galáctico. A premissa de Seldon é que, ao estudar os padrões de comportamento das massas, seria possível reduzir o período de caos e garantir uma transição controlada para a nova ordem.

O capitalismo de vigilância, por outro lado, se baseia em uma lógica de predição similar, mas sua finalidade é aumentar os lucros e a eficiência de empresas privadas. Nesse contexto, a coleta massiva de dados comportamentais visa prever as necessidades e desejos dos consumidores para que eles sejam manipulados de forma mais eficaz. De acordo com Zuboff, isso é feito através de algoritmos que não apenas coletam dados, mas também modificam os padrões comportamentais, ajustando as experiências dos usuários para que se alinhem às metas de lucro das corporações. A diferença aqui é que, enquanto a psicohistória de Seldon visa o bem comum e busca o controle racional para uma sociedade mais estável, o capitalismo de vigilância transforma a previsão em um meio para maximizar a exploração.

Esse processo de “previsão” e “controle” nas duas abordagens oferece uma forte crítica ao conceito de liberdade humana. A liberdade, especialmente na filosofia política moderna, é entendida como a capacidade de agir de maneira imprevisível, de fazer escolhas fora do alcance de uma lógica predeterminada. Como Hannah Arendt aponta, a liberdade não se encontra no campo do cálculo e da previsibilidade, mas no inesperado, no espaço da ação humana que não pode ser antecipado. A manipulação algorítmica do comportamento, como se vê no capitalismo de vigilância, visa justamente eliminar essa margem de incerteza.

“A verdadeira liberdade humana não se realiza no universo da previsão, onde cada movimento é um reflexo das forças que nos antecedem, mas na capacidade de atuar, de iniciar algo novo.”

— *Hannah Arendt, A Condição Humana*

Dessa forma, o capitalismo de vigilância e a psicohistória compartilham um fundamento comum — a crença na previsibilidade e no controle das massas —, mas divergindo de forma fundamental em suas intenções e em suas implicações éticas para a autonomia humana. O determinismo algorítmico, presente no capitalismo de vigilância, não visa o bem comum ou a sobrevivência civilizatória, mas a maximização de lucros. Ele busca eliminar a imprevisibilidade do comportamento humano, mas, ao fazê-lo, extingue a possibilidade de verdadeira liberdade.

A oposição entre controle e liberdade, tal como apresentada em regimes algorítmicos ou psicohistóricos, muitas vezes assume um formato binário: ou há plena autonomia individual, ou há total submissão a estruturas preditivas. No entanto, essa dicotomia é conceitualmente limitada. Isaiah Berlin (s/d *apud* TORMIN, 2023), ao distinguir entre liberdade negativa — entendida como ausência de interferência — e liberdade positiva — como capacidade de autodeterminação —, revela que a questão central não é apenas se há controle, mas quem controla e com qual finalidade. Da mesma forma, Amartya Sen (2010) propõe que a liberdade não deve ser reduzida à mera ausência de coerção, mas concebida como a capacidade efetiva de agir segundo objetivos que a pessoa valoriza. Em ambos os casos, a autonomia não é negada pela presença de estruturas, mas sim pela ausência de participação ou agência no seu desenho. Assim, a crítica aos sistemas de manipulação algorítmica — ou à psico-história — pode ser mais contundente quando não se limita a opor liberdade a controle, mas exige a democratização das tecnologias e dos processos de previsão social.

É importante, contudo, reconhecer que nem toda aplicação da análise de dados e da predição algorítmica se insere automaticamente na lógica de dominação. Ferramentas preditivas têm sido usadas com benefícios sociais claros — como na medicina personalizada, no combate a epidemias ou na gestão de cidades inteligentes. O problema não está apenas na técnica em si, mas no modelo político e econômico que estrutura seu uso. A crítica ao capitalismo de vigilância não é um apelo ao abandono da ciência de dados, mas à sua reconfiguração sob princípios éticos, transparentes e participativos. O que está em jogo é a diferença entre uma tecnologia pública voltada ao bem comum e um aparato empresarial que instrumentaliza o comportamento humano para fins lucrativos.

## B) LIBERDADE VS. CONTROLE: A ILUSÃO DA AUTONOMIA

É curioso perceber na trilogia de Asimov (e nos livros que a cercam) a incerteza que paira sobre as vidas dos personagens defronte a escolhas difíceis: será que a escolha é pessoal ou é exatamente o que é esperado para que o rumo previsto pela psicohistória siga seu rumo? A filosofia moderna, especialmente em sua vertente existencialista e pós-estruturalista, vê a liberdade como a capacidade de transcender as condições que nos determinam, de fazer escolhas fora do campo do cálculo e da análise estatística. A abordagem de Zuboff é clara ao afirmar que o capitalismo de vigilância se baseia justamente na tentativa de eliminar essa capacidade de agir fora da lógica preditiva. A empresa que coleta dados não apenas prevê o comportamento humano, mas também direciona esse comportamento para servir aos seus próprios fins, gerando um controle que se disfarça de autonomia.

Para além da dicotomia entre liberdade e controle, filósofos como Isaiah Berlin propõem uma distinção entre liberdade negativa — entendida como ausência de coerção — e liberdade positiva, relacionada à capacidade efetiva de agir conforme a própria vontade. Mesmo em contextos onde o controle algorítmico não impõe escolhas diretamente, ele pode enfraquecer as condições materiais e cognitivas para o exercício da autonomia. O risco não é apenas sermos forçados a agir de certa forma, mas de perdermos a capacidade de desejar de forma independente. A liberdade contemporânea, portanto, precisa ser pensada não apenas como oposição ao controle externo, mas como cultivo ativo da capacidade de discernir e escolher — mesmo diante de sugestões e previsões cada vez mais sutis.

Como argumenta Byung-Chul Han (2015), na transição da sociedade disciplinar para a sociedade da transparência e do desempenho, o poder não mais reprime, mas seduz. A liberdade aparente oferecida pelas plataformas digitais mascara um regime psicopolítico, em que o sujeito se autoexplora em nome da visibilidade, da performance e da aceitação. Essa dinâmica é analisada por Faria e Machado (2025), ao apontarem como a vigilância algorítmica opera por meio da interiorização do olhar da máquina.

Em certo sentido, a psicohistória de Seldon pode ser vista como uma tentativa de encontrar uma solução racional para o caos da história, mas ao fazer isso, ela restringe a liberdade humana ao submeter o indivíduo a uma lógica de previsibilidade e controle coletivo. A diferença reside no fato de que, enquanto Seldon busca minimizar o sofrimento humano — poderíamos dizer até de maneira bastante utilitarista — e maximizar a estabilidade de uma sociedade, o capitalismo de vigilância, como observamos na realidade atual, visa simplesmente a maximização do lucro, sem qualquer compromisso com o bem-estar coletivo.

## A URGÊNCIA DE UMA ÉTICA PARA O INCERTO: DEFENDENDO A LIBERDADE HUMANA NO SÉCULO XXI

A era digital, marcada pela coleta massiva de dados, pela vigilância constante e pela manipulação algorítmica, exige uma reflexão profunda sobre as implicações éticas da previsão e do controle do comportamento humano. A ética da privacidade, do anonimato e da incerteza se torna um campo crucial para a preservação da liberdade individual e da democracia. No entanto, o capitalismo de vigilância, ao eliminar o espaço da incerteza e da imprevisibilidade, coloca a autonomia humana em risco. Para compreender essa ameaça, é necessário propor uma nova ética, que valorize o imprevisível e busque resistir à lógica de controle e dominação que permeia o mundo digital.

## A) A DEFESA DA INCERTEZA: O DIREITO AO IMPREVISTO

A proposta ética que emerge da crítica ao capitalismo de vigilância é a defesa da incerteza como valor fundamental. A teoria política moderna, desde os filósofos do contrato social até os pensadores contemporâneos, como Giorgio Agamben e Michel Foucault, nos ensina que a liberdade humana está intimamente ligada à capacidade de agir sem que as ações sejam previsíveis ou controladas por instituições externas. Em um mundo dominado pelos algoritmos, onde cada movimento é registrado, categorizado e manipulado, a liberdade individual se dissolve na lógica do controle.

Por isso, a ética da incerteza, proposta por filósofos como Byung-Chul Han (2015) e Bernard Stiegler (2020), emerge como uma resposta à lógica do capitalismo de vigilância. Han, em particular, discute a transição de uma sociedade disciplinar para uma sociedade de *autocontrole* onde a vigilância se torna interna, e os indivíduos se tornam cúmplices da própria dominação, uma vez que buscam constantemente otimizar seu desempenho e comportamento. Para ele, a verdadeira liberdade reside no espaço de incerteza, onde o sujeito pode agir sem ser mediado por dados preeditivos ou algoritmos.

“Em um mundo saturado por dados e vigilância, a liberdade se torna uma ilusão se não podemos mais agir fora das estruturas de previsão e controle.” — *Byung-Chul Han (2015), A Sociedade do Cansaço*

A resistência a esse controle começa com a preservação do **não calculável**. Os sistemas que dominam a nossa vida digital podem prever nossos comportamentos, mas não podem, por mais poderosos que sejam, controlar todas as esferas da experiência humana. A liberdade, nesse contexto, se torna uma prática ativa de resistência ao controle algorítmico, um esforço para recuperar espaços de opacidade e privacidade que possibilitem a experiência da incerteza.

## B) ÉTICA DA PRIVACIDADE: ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO

A defesa da privacidade torna-se central nesse debate. A privacidade não é apenas uma questão de proteção de dados pessoais, mas de preservação da autonomia humana diante da ameaça de um mundo cada vez mais transparente para as corporações que detêm o poder sobre as informações. A ética da privacidade, proposta por Zuboff e outros pensadores contemporâneos, não deve ser entendida apenas como uma defesa do indivíduo, mas como uma salvaguarda das condições necessárias para a liberdade política e social.

Essa discussão é aprofundada em Faria e Machado (2025), ao destacar como o rosto humano, outrora símbolo da singularidade e da alteridade, é capturado por sistemas biométricos e convertido em vetores matemáticos. Tal reificação compromete não apenas a privacidade, mas o reconhecimento ético do sujeito como agente autônomo. Retomando Kant, podemos considerar que a vigilância biométrica instrumentaliza o indivíduo, violando o princípio moral de tratar cada ser humano como fim em si mesmo.

Se a psicohistória de Seldon é um sonho de controle racional que busca evitar o caos, o capitalismo de vigilância é um pesadelo de controle econômico que visa explorar e manipular o comportamento humano. A ética contemporânea precisa, portanto, construir uma nova filosofia política, que resgatará a ideia de liberdade não como a ausência de previsibilidade, mas como a capacidade de agir dentro de um espaço de incerteza e opacidade. Nesse sentido, torna-se fundamental enfrentar o que Ruha Benjamin chamou de “discriminação codificada” — a reprodução de desigualdades históricas através de sistemas tecnológicos que se pretendem neutros. Como analisado por Faria e Machado (2025), os algoritmos carregam os preconceitos de seus desenvolvedores e amplificam desigualdades ao operar com bancos de dados enviesados, particularmente nos sistemas de reconhecimento facial, que apresentam maior taxa de erro em rostos racializados.

## **DA ÉTICA À POLÍTICA: CAMINHOS PARA UMA REGULAÇÃO DEMOCRÁTICA DA PREVISÃO**

A defesa da liberdade frente ao totalitarismo algorítmico não pode se limitar à esfera ética ou filosófica. É preciso traduzir os princípios de opacidade, privacidade e incerteza em instrumentos políticos e jurídicos capazes de limitar o poder preditivo das corporações. Iniciativas como o Regulamento Geral de Proteção de Dados (GDPR) na União Europeia apontam para caminhos possíveis, ao exigir transparência nos algoritmos, consentimento explícito na coleta de dados e o direito à não automação de decisões sensíveis. Além disso, é urgente fomentar uma cultura de tecnologia cívica: desenvolvimento de ferramentas de código aberto, participação pública em conselhos de ética digital, educação crítica para usuários e inclusão de minorias nos processos de treinamento de IA. Sem essas mediações, a crítica ao capitalismo de vigilância corre o risco de permanecer no campo da indignação retórica.

## **CONCLUSÃO**

A relação entre a psicohistória e o capitalismo de vigilância não é apenas teórica, mas prática e urgente. Se por um lado, Seldon busca usar os dados coletivos para prever e controlar o destino da humanidade, por outro, Zuboff nos alerta para os perigos de uma sociedade onde as previsões não são usadas para o bem coletivo, mas para a manipulação econômica e a subordinação do indivíduo ao poder algorítmico. Como argumentam Faria e Machado (2025), resistir à vigilância algorítmica exige mais do que leis: exige uma cultura ética capaz de reumanizar a técnica. Inspirando-se no princípio da responsabilidade de Hans Jonas, os autores propõem submeter as escolhas tecnológicas a valores como dignidade, justiça e participação democrática. A filosofia, nesse contexto, não é um luxo, mas uma necessidade vital. O desafio ético que enfrentamos hoje é defender a liberdade humana contra o totalitarismo digital — uma tarefa que exige, mais do que nunca, o resgate da incerteza como um valor fundamental para a ação humana.

## REFERÊNCIAS

- ARENDT, Hanna. **Origem do Totalitarismo**. Tradução de Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2013.
- ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.
- ASIMOV, Isaac. **Fundação e Império**. São Paulo: Aleph, 2014a.
- ASIMOV, Isaac. **Fundação e Terra**. São Paulo: Aleph, 2015a.
- ASIMOV, Isaac. **Fundação**. Rio de Janeiro: Aleph, 2014b.
- ASIMOV, Isaac. **Limites da Fundação**. São Paulo: Aleph, 2015b.
- ASIMOV, Isaac. **Segunda Fundação**. São Paulo: Aleph, 2014c.
- BAUMAN, Zygmund. **Modernidade Líquida**. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- FARIA, João Paulo de Oliveira; MACHADO, Marco. **O Rosto e o Código: Filosofia da Vigilância no Mundo Digital**. In: Marco Machado. *Entre a Razão e o Caos: Filosofia para os Desafios do Século XXI*. Ponta Grossa: Aya Editora, 2025.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1987.
- HAN, Byung-Chul. **Psicopolítica: O Neoliberalismo e as Novas Técnicas de Poder**. Petrópolis: Vozes, 2015.
- HAN, Byung-Chul. **Sociedade do Cansaço**. Petrópolis: Editora Vozes, 2015.
- JONAS, Hans. **O princípio responsabilidade: ensaio de uma ética para a civilização tecnológica**. Rio de Janeiro: PUC-Rio/Contraponto, 2006.
- KAISER, Brittany. **Manipulados: como a Cambridge Analytica e o Facebook invadiram a privacidade de milhões e botaram a democracia em xeque**. Rio de Janeiro: Harper Collins, 2020.
- LA BOÉTIE, Étienne de. Discurso da Servidão Voluntária. Valinhos: Montecristo, 2020.
- LIU, Cixin. **A floresta sombria (O problema dos três corpos Livro 2)**. Rio de Janeiro: Schwarcz, 2017.
- MILL, John Stuart. **Sobre a liberdade**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- STIEGLER, Bernard. **A Sociedade Automática – Volume 1: O Futuro do Trabalho**. São Paulo: UBU, 2020.
- TORMIN, Mateus Matos. Os dois conceitos de liberdade e a filosofia de Isaiah Berlin. **Cadernos de Ética e Filosofia Política**, v. 42, n. 2, p. 70-83, 2023.
- ZUBOFF, Shoshana. **A era do capitalismo de vigilância: a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020.